

MP tenta derrubar liminar da Academia

DF-Invasão

JORNAL DE BRASÍLIA

700Z 09V 61

Nova medição do Ibama constata que o Park Fair está a menos de 30 metros do Lago, o que contraria a legislação

LUÍSA MEDEIROS

O pavilhão Park Fair, da Academia de Tênis Resort, está invadindo Área de Preservação Permanente (APP). A última medição feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), há 14 dias, constatou que a edificação está situada a menos de 30 metros de distância da orla do Lago Paranoá, contrariando normas ambientais.

Com base no parecer técnico do órgão e em outras irregularidades contidas na edificação, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), está questionando o teor da liminar concedida, há 23 dias, para reabrir o pavilhão. À época, a edificação estava interditada pela Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau) porque não tinha alvará de funcionamento. No entanto, devido à decisão judicial, o galpão sediou uma conferência internacional sobre a Floresta Amazônica.

A 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) requereu – anexando o novo parecer do Ibama – a reconsideração da liminar concedida pelo juiz Daniel Eduardo Carnacchioni, da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF. O pedido foi encaminhado, na terça-feira, ao juiz titular, Esdras Dantas. De acordo com o promotor Paulo Leite, o

questionamento da legitimidade da liminar é necessário, pois o Judiciário não pode ir contra a legislação.

"Além do pavilhão estar invadindo área pública, a construção não respeita o projeto original e a liminar está dúbia, podendo ter várias interpretações. Não se sabe ao certo se o Park Fair poderá realizar outros eventos, por exemplo. Fora isso, o local já foi embargado e interdito algumas vezes", afirma Paulo Leite.

O juiz Esdras Dantas poderá ou não aceitar o pedido de reconsideração da decisão judicial. Caso não acate, o MP vai entrar com recurso no Tribunal de Justiça para apreciação, informa o promotor.

MEDIÇÃO – Em 17 de dezembro do ano passado, o Ibama fez uma vistoria na Academia de Tênis para verificar irregularidades que acabaram em autos de infração. Na ocasião, foi feita uma medição ao longo da extensão do Park Fair até a linha d'água do Lago Paranoá, que constatou a marca de 31,6 metros de largura. A medida estava de acordo com o Código Florestal e Leis Ambientais do DF.

Oito meses depois, técnicos do órgão fazem uma nova medição, com o mesmo equipamento e método, e deparam-se com medidas que variam de 26,25 metros a 28,50 metros. A diferença dos pareceres técnicos, segundo o Ibama, se deu pela elevação do nível do lago.



Park Fair da Academia está funcionando por força de liminar, que o Ministério Público questiona

Proprietário se diz surpreso

O pedido de reconsideração da liminar surpreendeu o dono do resort, José Farani. Segundo seus advogados, o questionamento é infundado e não tem a ver com o termo da decisão judicial. "A liminar foi concedida porque o pavilhão foi interditado sem respeitar a formalidade da lei. No processo, não foi avaliado se o Park Fair estava invadindo área pública ou não", observa o advogado, Elvis Del Barco.

Ele entende que a última medição é unilateral e não pode ser feita aleatoriamente, sem levar em conta a influência da lua e da estação na orla do Lago. "O documento que relevamos é o expedido pelo Ibama em conjunto com a UnB, no ano passado", diz, afirmando que o Ministério Público do DF e o GDF poderiam ter recorrido da decisão judicial.

Eric Furtado, também advogado de José Farani, disse

que o proprietário do resort vai aguardar a decisão do juiz Esdras Dantas. O advogado acredita que o parecer não vai influenciar a reconsideração, pois não mostraria a realidade da situação.

"O Park Fair não está abaixo do limite de trinta metros da borda do Lago Paranoá, estipulado pelas normas ambientais", diz, informando que não há previsão de outros eventos no pavilhão.

MEMÓRIA

O problema do Park Fair é que a construção não respeita o Código de Edificações. Relatório da Administração de Brasília diz que o projeto, de 2002, tinha características temporárias, com piso asfáltico e cobertura de lona removível. Na época, o requerimento foi indeferido. O dono do resort, José Farani, apresentou nova proposta, em área de 5 mil metros quadrados. Em novembro de 2002, a proposta foi aprovada, mas não tinha regularização de ocupação – imprescindível para receber alvará de construção. Após receber autos de infrações – já que a obra está em desacordo com o projeto temporário – Farani assinou documento de embargo do Park Fair, em maio de 2003. As obras provocaram a ocupação da área do estacionamento. A construção acabada, com 7,57 mil metros quadrados, tem características definitivas (estruturas metálicas para galpões e piso cerâmico), diferente do projeto original. Em junho, a Sefau exigiu a demolição da área excedente. A obra, porém, não foi destruída. Em 25 de junho, o pavilhão foi interditado por não ter alvará. Um mês depois, uma liminar autorizou a reabertura do local para sediar um evento.